OS PRESIDENTES DO CEARÁ DE FRANCO RABELO ATÉ 1930

LUÍS BARROS
Do Instituto do Ceará

Coube-me a tarefa de explanar um ponto assaz vasto da História do Ceará. Abre-se com o período que se inicia após a intervenção federal de 1914 até a revolução de 3 de outubro de 1930.

Compreende, assim, as administrações do Cel. Benjamin Barroso, João Tomé, Justiniano de Serpa, Ildefonso Albano, Des. José Moreira da Rocha e Dr. José Peixoto, com o breve governo de Dr. Eduardo Henrique Girão.

Nesse período o Brasil sofreu profundas modificações caracterizadas pelas conseqüências da 1.ª Guerra Mundial de 1914 a 1918. E ingressa num período francamente revolucionário, que se inicia com o levante dos 18 do Forte de Copacabana, a 5 de julho de 1922. Segue-se depois a revolução do Marechal Isidoro Lopes, em São Paulo, em 1924, a marcha da coluna Prestes até o desfecho da crise na revolução de 3 de outubro de 1930, dirigida por Getúlio Vargas.

Em 1929, o Brasil sofre todos os efeitos da crise do café, oriunda do "crack" da Bolsa de Nova Iorque, na célebre sexta-feira negra de 29 de outubro de 1929, com profundas repercussões em todo o mundo.

O Ceará, nesse tormentoso período, arca com as agruras das secas de 1915 e 1919, as inundações de 1917 e 1924, a guerra civil de 1914 e uma grande agitação política.

Creio não errar em dizer que a fase do governo do Coronel Franco Rabelo foi o período mais agitado e crítico de toda

a história de nosso Estado, quando as agitações políticas chegaram a uma fase de verdadeira psicose coletiva. E suas conseqüências perduraram por muito tempo ainda.

Com o sistema federativo inaugurado com a proclamação da República, agrava-se a situação dos estados pequenos e pobres. Que não dispunham de recursos, como ainda hoje não têm, para arcar com as despesas que seus problemas e necessidades exigiam e exigem imperiosamente.

Essa carência de recursos, agravada ainda mais com a instabilidade de nossa economia, sujeita a secas periódicas e sucessivas, torna, em extremo, difícil, a tarefa de administrar nosso Estado. Por outra, naquele tempo, ainda não havia em nenhum país do mundo uma Administração científica e racional, que só veio a surtir seus efeitos no decorrer da 1.ª Guerra Mundial. E, no Brasil, depois do advento da revolução de 3 de outubro de 1930.

II — Governo Cel. Benjamin Barroso — 24-06-1914 a 12-07-1916.

Após o afastamento do Presidente Franco Rabelo, o Cel. Setembrino de Carvalho dirigiu a Administração Pública Estadual de 15 de março a 24-06-1914, na qualidade de Interventor Federal.

O Cel. Benjamin Barroso foi eleito Presidente do Estado em 15-05-1914 e dirigiu o governo de 24-06-1914 até 12 de julho de 1916, para completar o período presidencial de Franco Rabelo.

Na expressão lapidar do historiador Raimundo Girão foi seu governo "período de transição medeando a fase convulsa que se abriu na campanha contra o Dr. Nogueira Acioli e que se coroou com a fase da intervenção federal e a fase de normalidade que se seguiu com a gestão do Dr. João Tomé de Sabóia e Silva (1916-1920) (Raimundo Girão, *Pequena História do Ceará*).

O Cel. Benjamin Barroso dissolveu o Batalhão Policial do Estado, composto, em sua maioria, de romeiros do Padre Cícero, e cujo comandante Pedro Silvino de Alencar foi demitido por telefone.

Infelizmente, teve que enfrentar a seca de 1915, que arruinou, por completo, a economia cearense. Só em gado vacum perdeu-se mais de 1 milhão de cabeças. E o Barão de Studart calcula ter desaparecido, nessa ingrata fase de nossa história,

4.401.000 caprinos, 211.000 cavalares, 112.000 asininos e 243.000 suínos.

O Governo Federal do presidente Venceslau Braz não atendeu às necessidades do Ceará. Houve troca áspera de telegramas entre ele e o Presidente Benjamin Barroso. Somente depois que o Arcebispo D. Manoel da Silva Gomes foi pedir esmolas, no Rio de Janeiro, em favor dos flagelados do Ceará é que se modificou tão lamentável situação.

O funcionalismo estadual chegou a curtir um atraso de pagamentos de 8 meses.

O Cel. Benjamin Barroso foi indicado candidato ao Governo do Estado pelo Interventor Cel. Setembrino de Carvalho, como candidato do Partido Conservador.

Arrimou-se ao chamado grupo marreta, grupo político que surgiu, no Ceará, após a deposição do Presidente Nogueira Acioli, para enfrentar o Rabelismo.

Sobre o partido marreta, o ilusrte escritor Abelardo Montenegro fornece os seguintes elementos: "O marretismo representou um movimento de forte cisão no seio do aciolismo, em virtude da tendência manifesta em elementos e chefes do partido chefiado pelo Comendador Acioli para entendimentos com o Rabelismo." (Abelardo Montenegro, *Os Partidos Políticos do Ceará*).

O Cel. Setembrino de Carvalho organizou seu secretariado com as figuras de mais relevo do marretismo, política também adotada pelo Presidente Benjamin Barroso, só vindo a cair no ostracismo já no fim da Presidência João Tomé. (H. Firmeza, *Crônicas Escolhidas,* ps. 270 e 271, citação feita por Abelardo Montenegro).

No fim do governo Benjamin Barroso havia marretas, rabelistas e unionistas, segundo João Brígido.

A cisão entre marretas e aciolinos acaba por unir rabelistas e aciolinos.

H. Firmeza diz que, de início, o chefe dos marretas foi o Cel., depois General Tomaz Cavalcante, que veio do Rio de Janeiro, protegido pelo Senador Pinheiro Machado, para fazer triunfar a candidatura do General José Freire Bizerril Fontenele contra a do Coronel Franco Rabelo. Foi vítima de um atentado a bomba, como índice da agitação política do Ceará.

Depõe Parsifal Barroso: "O julgamento do Presidente Benjamin Barroso foi sempre perturbado pelas lutas travadas no campo político". (*Uma História Política do Ceará — 1889-1954.* Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, S.A., 1984).

III — Governo João Tomé Sabóia e Silva — 12-07-1916 a 12-07-1920.

Foi eleito Presidente do Ceará como candidato único por conservadores e democratas, favorecendo, porém, e muito os antigos rabelistas, prestigiando, fortemente, o seu grande chefe, o Deputado Manoel Moreira da Rocha.

Não pôde fazer o seu sucessor por meio da conciliação. Substituiu na Prefeitura de Fortaleza o Cel. Casemiro Montenegro pelo Engenheiro Rubens Monte. Esse fato levou o Secretário do Interior, Dr. José Sabóia de Albuquerque, seu parente, a se demitir, sendo substituído pelo Desembargador José Moreira da Rocha.

Sobre o governo João Tomé, Parsifal Barroso emite o seguinte juízo: "Executivo de visão global, embora canhestro e inábil no seguimento de sua política partidária. A 27-11-1917 renuncia o 1.º Vice-Presidente do Estado, Hermínio Barroso". (*Uma História Política do Ceará*).

Mas, inequivocamente, foi um grande administrador.

Pôs em dia o funcionalismo público estadual, pagando o mês em vigor e outro atrasado, até que se normalizasse a situação.

Unificou a Secretaria do Interior, que a Lei n.º 1.319, de 11-07-1916, separara.

Obteve um empréstimo do Presidente Venceslau Braz.

Pela Lei n.º 1.334, de 11-08-1916, foi autorizado a negociar com o governo de Pernambuco a questão de limites com o Ceará, o que não levou a efeito. Criou, pela Lei n.º 1.388, de 02-10-1916, a primeira Diretoria das Obras Públicas, que não levou avante por falta de recursos.

Foi autorizado pela Lei n.º 1.375, de 19-09-1916 a criar a Inspetoria Geral de Instrução, reestruturando a inspeção escolar regional.

Remodela a Biblioteca Pública e criou o Arquivo Público, (Lei n.º 1.371, de 06-09-1916).

Rescindiu o oneroso contrato de 1913 do abastecimento d'água e esgotos de Fortaleza. Encareceu à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas um estudo complementar ao da adutora, fundamentada no Açude Acarape, sugerindo o aproveitamento do riacho Santo Antônio, ao sopé da Serra de Aratanha, com uma previsão do acréscimo de 3.500.000 m^3, (Parsifal Barroso, obra citada).

Ligou Baturité a Guaramiranga e pleiteou a ligação de Aracati a Limoeiro, Maranguape e Canindé e de Viçosa do Ceará a Granja, esta última inaugurada em 1922, quando chegou

o primeiro automóvel à terra de Clóvis Beviláqua e General Tibúrcio.

Projetou uma Reforma Judiciária criando o Instituto da Ordem dos Advogados Cearenses e o Patronato dos Egressos.

Com um déficit orçamentário de 5.870.996 réis, demitiu os funcionários extranumerários do Estado e suspendeu o serviço de amortização do empréstimo de 1910, até o ano de 1921.

Ainda há muitas realizações do governo João Tomé, que se tem de omitir por uma questão de brevidade.

Na organização do governo do Presidente Artur Bernardes foi convidado para Ministro da Agricultura, tendo recusado.

IV — Governo Justiniano de Serpa — 12-07-1920 a 12-06-1923.

Na sucessão da presidência João Tomé abre-se luta eleitoral, sendo candidato do Partido Democrata o Dr. Justiniano de Serpa e do Partido Conservador o Dr. Belisário Fernandes Távora, sendo eleito o 1.º.

Justiniano de Serpa foi eleito Presidente do Ceará, quando exercia atividades políticas no Pará.

Na monarquia foi deputado pela província do Ceará de 1882 a 1889, tendo destacada influência no grande governo de Caio Prado, presidente do nosso Estado de 1888 a 1889. Depois seguiu para o Pará, onde se destaca como professor da Faculdade de Direito, advogado e deputado federal.

Era orador fluente e encantador.

Logo, no início de seu governo, teve que enfrentar as conseqüências da seca de 1919, que, todavia, não teve a proporção das anteriores devido ao aumento das vias de comunicação.

O recenseamento de 1920 acusou um grande decesso na economia cearense, que contava apenas com 580.028 vacuns, 393.560 ovinos, 531.000 caprinos, 123.000 eqüinos e 117.793 muares e asininos.

Na expressão lapidar de Raimundo Girão foi um "governo marco".

Reforma a Constituição Estadual proibindo reeleições presidenciais, restabeleceu a eleição de Prefeitos Municipais e estabeleceu que os funcionários públicos só poderiam ser demitidos mediante inquérito administrativo e proíbe acumulação de cargos.

Saiu a Nova Constituição a 4 de novembro de 1921.

Para que se verifique como foi a tortuosa política inaugurada com a proclamação da república, assinale-se que até à reforma Justiniano de Serpa todos os prefeitos, então denominados intendentes, eram de livre nomeação do Presidente

do Estado. Por aí se calcule a força de um governo estadual que dispunha, a seu talante, de toda a vida administrativa municipal nos limites do Estado. E os abusos que daí se poderiam originar.

Houve muitas agitações políticas em Lavras da Mangabeira, Juazeiro do Norte, Aurora, Milagres, Tauá e Quixeramobim, que, segundo Parsifal Barroso, "poderiam ser decorrentes de anteriores dissidências entre famílias adversas".

São promulgadas a Lei da Organização Judiciária do Estado e os Códigos do Processo Civil e do Processo Criminal, que, na época, eram de atribuição da administração estadual.

Mas o ponto alto da presidência Justiniano de Serpa foi a instrução pública.

Justiniano de Serpa trouxe do sul para dirigir a Instrução Pública o professor paulista Manoel Bergstrom Lourenço Filho, que, através do 1.º Curso Especial de Pedagogia e Didática, segundo Parsifal Barroso, foi "verdadeiro marco histórico na evolução da educação e do ensino do Ceará". Deu nova linha à estrutura pedagógica da Escola Normal. Instalou a repartição diretora da Instrução Pública. Preconiza o cadastro escolar. Criou um Curso de Férias para professoras do interior. Mestre de Pedagogia e Didática, passou ele próprio a dar Curso Especial de assuntos dessas matérias.

Pode-se afirmar que até ao presente momento, ninguém excedeu ainda Lourenço Filho na instrução pública no Ceará. Acrescente-se ainda que deixou um livro valioso sobre o Padre Cícero.

Foi graças aos esforços de Justiniano de Serpa que houve o reflorescimento da Academia Cearense de Letras.

Procurou aproximar os aciolistas e marretas.

Em julho de 1922 reuniu em Fortaleza um congresso de todos os Prefeitos e chefes políticos do interior.

Por motivo de saúde, passa o governo do Estado ao Vice-Presidente Ildefonso Albano a 12 de junho de 1923, que logo após foi Presidente efetivo, quando Justiniano de Serpa faleceu, no Rio de Janeiro, a 2 de agosto de 1923. Não teve mais nem condições de apresentar Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado a 01-07-1823, tarefa em que o substituiu Ildefonso Albano.

Na eleição de Artur Bernardes para a presidência da República, seu nome foi cogitado para a Vice-Presidência da República.

Deixou sua família em estado de verdadeira penúria e as contas dos médicos que o trataram só vieram a ser resgatadas pelo seu sucessor Ildefonso Albano.

V — Administração de Ildefonso Albano — 12-06-1923 a 12-07-1924.

Fez poucas reformas no Secretariado. Procurou favorecer os rabelistas, a ponto de haver sido cogitado o nome do Presidente João Tomé para a sua sucessão (Parsifal Barroso). O que não é de admirar visto ser genro do Cel. Franco Rabelo e ter sido Intendente de Fortaleza no governo daquele militar.

Abelardo Montenegro consigna essa interessante observação: "No governo de Justiniano de Serpa e Ildefonso Albano, a capital cearense havia sido invadida por grupos de homens armados, enviados por chefes políticos sertanejos situacionistas. (Abelardo Montenegro, *Os Partidos Políticos do Ceará*, Edições U.F.C., Fortaleza, 1980, ps. 93).

Ildefonso Albano ao deixar o governo do Ceará estava tão pobre que foi se empregar em um estabelecimento comercial no Rio de Janeiro. Depois foi que amigos seus conseguiram fosse nomeado cônsul em Cuba.

VI — Des. José Moreira da Rocha — 12-07-1924 a 19-05-1928.

No seu governo houve a coalisão de conservadores e democratas e a passagem, pelo Ceará, de parte da coluna Prestes, dirigida pelo meu tio João Alberto Lins de Barros, que chegou até à cidade de Ipu.

Segundo Parsifal Barroso, não podendo atender a todas as exigências de alguns chefes rabelistas, "ocorrem lamentáveis casos". Mas, defende-o da pecha de ter chamado o bandoleiro Lampião a Juazeiro para combater a coluna Prestes e receber do Padre Cícero a patente de capitão.

Criou o Gabinete Médico Legal, instalou o Conselho Penitenciário e construiu os principais Grupos Escolares de Fortaleza e do interior, bem como o da Escola Normal Pedro II.

Reforma a Organização Judiciária do Estado e os Códigos do Processo Civil e do Processo Criminal, pela Lei n.º 2.420, de 16-10-1926.

A Lei n.º 2.367, de 31-01-1926, faz a Reforma Eleitoral, com base no voto secreto, executada logo após nas eleições municipais de 15-11-1926 e na do parlamento federal de 24-02-1927.

Integra na Mensagem anual à Assembléia Legislativa do Estado um capítulo sobre a apreciação da Política Econômica do Estado, procurando aumentar as exportações, registrando-se de 1925 a 1926 um acréscimo de receita de Rs..... 3.707.313$246.

A partir de 1924, se registra queda na arrecadação tributária do Estado em face da baixa do preço do algodão.

Construiu a ponte de desembarque do porto de Fortaleza, a chamada Ponte Metálica, com a instituição de uma taxa módica sobre as mercadorias que sobre ela transitassem e recursos do Tesouro Estadual.

A 3 de maio de 1926, o Des. Moreira da Rocha inaugurou os serviços de exploração da rede pública de água e esgoto. Nessa época já estavam construídas 879 sub-ramais da distribuição da água do Acarape, em cujo açude foi também inaugurada a estação de tratamento químico, indispensável à garantia da qualidade desse elemento vital (Parsifal Barroso).

E ainda segundo Parsifal Barroso, em 1926, foi realizada a uniformização das apólices estaduais e a liquidação do oneroso empréstimo francês, em grande parte — porque pago em franco-ouro, graças à obtencão do empréstimo americano, consolidando-se, assim, as dívidas interna e externa fundadas.

É de lamentar que tantas realizações no plano administrativo no governo do Desembargador Moreira da Rocha tenham sido seriamente prejudicadas por uma agitação política que só foi superada na tormentosa administração do Cel. Franco Rabelo. Em Fortaleza, registram-se brutais espancamentos na pessoa dos jornalistas Américo Palha e Demócrito Rocha. E, em Maranguape, revoltante agressão ao Cel. Antônio Botelho de Sousa, que havia publicado violento panfleto contra o governo intitulado "Ele". Em outros pontos do Ceará observam-se, também, cenas de grande violência, entre as quais cumpre não esquecer o assassinato do Cel. Anastácio Braga em Itapipoca.

O Desembargador Moreira da Rocha, em 19-05-1928, renunciou ao governo, entregando o poder ao Dr. Eduardo Henrique Girão, que dirige os destinos do nosso Estado por menos de 2 meses, transmitindo-o em 12-07-1928 ao Dr. José Carlos de Matos Peixoto.

Diz o eminente historiador Raimundo Girão: "Procedeu o Dr. Eduardo Girão com a mais elogiável prudência, aliada a uma energia que, sem dúvida, se impôs ao respeito e admiração dos seus governados."

VII — Administração do Dr. José Peixoto — 12-07-1928 a 8-10-1930.

Seu governo foi interrompido pela revolução de 3 de outubro de 1930, que agitou todo o Brasil.

Jurista emérito, era a maior autoridade do país em Direito Romano.

No seu curto governo de pouco mais de 2 anos, houve a criação da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pela Lei n.ª 2.722, de 04-10-1929, que instalou o 1.º Fundo Especial, que permitiu ao governo atender diversas medidas úteis, como são exemplo a desapropriação de 80 hectares no Alto da Balança para construção de vários campos de aviação (Parsifal Barroso).

Instala-se a 1.ª fábrica de óleo de oiticica, e cria-se o Serviço Médico Escolar.

Realizou uma reforma na Secretaria da Fazenda, que permitiu ao governo obter a mais alta arrecadação de impostos e taxas de 16.084.633$511 (Parsifal Barroso).

Empreende-se o Congresso de Prefeitos do Estado em Fortaleza, obtendo aprovação para várias medidas de alto alcance como a uniformização dos orçamentos municipais, adoção de um modelo de escrituração da receita e despesa dos municípios.

Cria-se a Secretaria de Polícia e Segurança Pública pela Lei n.º 2.573, de 23-07-1928. Foi o primeiro governo a adotar solução para o problema dos menores abandonados.

A 3 de outubro de 1930 rebenta a grande revolução de 3 de outubro de 1930, dirigida por Getúlio Vargas e que 21 dias depois havia de triunfar em todo o Brasil. O governo Matos Peixoto só resistiu 5 dias ao embate revolucionário. Na manhã de 8 de outubro de 1930, o Presidente Matos Peixoto abandonou o governo e tomou o navio Afonso Pena que havia de levá-lo ao sul do país.

VIII — Breve síntese final — É sabido que as lutas políticas no Brasil sempre se caracterizaram por uma violência extrema, visando cada governo montar uma oligarquia, que permitisse a sua prepetuação no poder.

Nesse período se registram, no Ceará, alguns tímidos ensaios de partidos socialistas e trabalhistas e de reformas de caráter mais social.

Em 1919 surge o Partido Socialista, com Mário Cunha, Gastão Justa e Raimundo Ramos.

Esboça-se em 1926 um movimento trabalhista liderado pelo Centro Artístico Cearense.

Raimundo Monte Arrais apresentou, em 9 de outubro de 1926, à Assembléia Legislativa do Estado, um projeto de criação de uma Universidade Popular.

O Bloco Trabalhista, em manifesto de março de 1928, lança a candidatura de Gastão Justa à Câmara Municipal de Fortaleza.

O período que aqui foi tratado de 1914 a 1930 foi, inequivocamente, o final de uma época.

A 1.ª Guerra Mundial projetou-se, tragicamente, sobre o mundo inteiro, solapando estruturas e modificando tudo, sem que os dirigentes do poder público se apercebessem da gravidade da situação, como salientou Crane Brinton no seu célebre livro *A anatomia das revoluções.*

A 2.ª Guerra Mundial foi uma continuação da 1.ª Conflagração Universal. Mas até hoje não tem sido possível se apreender até que ponto têm de ir tantas modificações e transformações no panorama mundial e nacional nos setores político, econômico e administrativo.

E melhor síntese creio não ser possível apresentar que a do eminente historiador José Maria Belo na sua magistral *História da República* sobre o período final da chamada Pátria Velha, no fim da presidência de Artur Bernardes, em 1926: "Mas o que o observador imparcial, insistimos, poderia observar acima de tudo, de todas as revoluções e reacões, era o rápido desmantelar da estrutura republicana de 1891. Depois de quase quarenta anos de atormentada existência, o presidencialismo e o federalismo pareciam confirmar as próprias incapacidades de honesta aplicação no Brasil. Todas as suas belas concepções se tinham profundamente adulterado na prática. O sistema representativo era vasta burla à imagem do que acontecera no Império, sem a compensação sequer dos partidos nacionais. As eleições feitas pelos governos, num regime patriarcal, tinham a vantagem de permitir a seleção de valores pessoais; mas perigosas se tornavam, quando, porventura, refletiam, nas grandes cidades e nos períodos de efervescência política, as paixões populares, agitadas pela demagogia oposicionista". (p. 304).

PRINCIPAIS OBRAS CONSULTADAS:

Girão, Raimundo — *Pequena História do Ceará.* Coleção Estudos Cearenses, Volume I, 4.ª edição, revista e atualizada. Edições U.F.C., 1984, Fortaleza-Ceará.

Barroso, José Parsifal — *Uma História Política do Ceará — 1889-1954,* Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1984.

Montenegro, Abelardo F. — *Os Partidos Políticos do Ceará.* Edições U.F.C., 1980, Fortaleza, Ceará.

Belo, José Maria — *História da República (1889-1954).* Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira, 4.ª edição, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1959.